

Resumo Expandido 2. Eduardo Magalhães Ribeiro (UFMG): A “seca gorda”: transformações socioeconômicas na estiagem 2011/2019 no Semiárido de Minas Gerais²

Introdução/objetivos

Os resultados das secas prolongadas costumam ser catastróficos para agricultores do Semiárido. Desde fins do século XIX as grandes estiagens assombam o imaginário dos brasileiros e afetam a toda a sociedade envolvente, graças às suas consequências danosas. Nessas ocasiões, os brasileiros se acostumaram a conviver com a certeza de que cada seca era acompanhada por desvios de dotações que sustentavam mandões com a “indústria da seca”, a barganha que convertia em benefício pessoal os recursos públicos destinados ao atendimento da população.

A seca de 2011 e 2019, a “grande seca”, conforme a batizaram agricultores do Semiárido mineiro, foi uma exceção a essa regra. Pela primeira vez uma seca generalizada e prolongada não se fez seguir por fome, migração e catástrofe social. Foi marcada por um longo ciclo de precipitações abaixo da média, irregulares e concentradas, acentuando os períodos de estiagem durante a estação das chuvas, os denominados “veranicos”, que liquidavam definitivamente cultivos de ciclo curto e comprometiam severamente a produtividade dos cultivos de ciclo longo. Não foi, entretanto, acompanhada por notícias de fomes, retiradas, saques e conflitos. Ao contrário. Foi marcada pelo abastecimento alimentar regular, por melhorias nas rendas e na qualidade de vida rural, por movimentos culturais afirmativos das qualidades do Semiárido. Esse conjunto de razões levou agricultores do “gerais” do Norte de Minas a denominarem essa como a “seca gorda”, porque faltaram chuvas, mas nunca águas, alimentos e condições mínimas de reprodução. Seca gorda, portanto, foi aquela em que os elementos climáticos e sociais se dissociaram, na qual a escassa precipitação não se converteu em catástrofe, e instrumentos sociais, técnicos e políticos possibilitaram adaptar a vida ao clima e permitiram às famílias rurais conviver com o longo ciclo de estiagem. O objetivo desta exposição é analisar algumas mudanças que ocorreram no cenário do rural durante a grande seca no Semiárido do estado de Minas Gerais, buscando compreender a combinação de razões que transformaram esta numa seca gorda.

Aparato teórico

Foi apenas a partir dos anos 1980, com o fim da ditadura militar e a emergência afirmativa dos grupos sociais subalternos, que se tornou possível uma perspectiva nova de compreensão do Semiárido no Brasil. Organizações de camponeses, principalmente, afirmaram seu direito àquela terra e à possibilidade de construir condições de vida naquele clima. Essa perspectiva crítica emergiu sobretudo pela afirmação da possibilidade de **conviver** com a seca em lugar de **combater** a seca, já que o clima é uma fatalidade que não pode ser remediada e se impõe como fenômeno natural. Desse modo, o Semiárido poderia dar base a uma abordagem positiva e propositiva sedimentada no sentimento de pertencimento e nos valores que possibilitariam um conjunto novo de atitudes. Assim, essas organizações passaram a pautar debates e a propor inovações na abordagem, nas relações políticas e nas técnicas produtivas que permitiriam construir condições satisfatórias de existência no Semiárido. Desse modo, recursos escassos poderiam ser potencializados, viabilizando a reprodução camponesa (Malvezzi, 2007; Silva, 2006; Assis, 2011).

As condições de convívio, no entanto, não reproduziriam a organização da produção e da vida das regiões úmidas do Sudeste, Sul ou Norte; antes, seriam adaptadas – junto com a técnica, a cultura e a sociedade – ao conjunto de valores e costumes que, historicamente,

² As pesquisas que originaram esta comunicação foram apoiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, e pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, Fapemig.

pautaram a vida no Semiárido. Foi a partir dessas novas bases que as organizações de agricultores empreenderam esforços para criar alternativas produtivas adaptadas ao meio que valorizavam a cultura específica dos muitos territórios, culturas, histórias e ambientes que existem nesta região (Duque, 2004; Gomes, 2012).

A partir de então essas organizações passaram a adotar nova atitude em relação ao Semiárido, que se expressou inicialmente na valorização do sentido de pertencimento e na identidade, e que desembocou no esforço de adaptação da vida às condições materiais de existência. Isso implica em investimento num arcabouço de procedimentos, programas e técnicas que permitam à população conviver com o clima. Não significa apenas criação de técnicas inovadoras, mas também revalorização de técnicas e processos usados ao longo da história de povoamento (Assis, 2011; Gomes, 2012; Aleixo et al, 2016).

É neste contexto que se compreende a situação dos agricultores do Semiárido mineiro. Em Minas Gerais existem três grandes áreas incluídas na definição de Semiárido consolidada desde 2005: o Alto-Médio São Francisco ao norte, Partes do Alto, mais o Médio e Baixo Jequitinhonha a nordeste, e o rio Pardo também a norte. Este artigo analisa dados das 3 áreas.

Metodologia

Esta comunicação aborda mudanças importantes nas sociedades rurais, focando nos seus efeitos cotidianos, configurando uma exploração microeconômica da dinâmica das secas. A pesquisa que originou a comunicação se baseia em duas fontes diferentes: pesquisas de campo continuadas executadas no período 2011/2023 que acompanharam de forma persistente as condições de vida e produção de famílias rurais do Jequitinhonha e Norte de Minas; trabalhos publicados no período 2014/2024, que formaram um corpo de estudos sobre o abastecimento e a circulação de águas em comunidades rurais que passaram por restrições de oferta durante a grande seca. O escopo da investigação foi construir diálogos entre dados dispersos; estes, vistos em separado revelavam mudanças cotidianas, mas compreendidos em conjunto apontavam rumos de transformações estruturais que performam o Semiárido do século XXI, que uma boa parte do Brasil ainda insiste em situar no século XIX. A partir das fontes disponíveis, o estudo buscou filtrar os elementos que diluíram ou neutralizaram os efeitos disruptivos das estiagens - compreendendo aqui mudanças profundas na organização social, em programas públicos e nos métodos comunitários e familiares de lida com as águas.

Resultados/conclusões

Ao longo da história, a agricultura familiar amplamente dominante no Semiárido de Minas Gerais foi marcada pelo consumo reduzido de recurso externos, principalmente consumo de energia e água. Nas margens do rio Jequitinhonha os agricultores gostavam de dizer que “viviam de feijão de si mesmo”: é uma expressão que diz respeito à possibilidade viver daquilo que produz. Era um sistema de produção muito vinculado com a natureza, com insumos dados pela natureza, poucos recursos externos. Eram uma agricultura e um modo de vida praticamente autossuficientes. As compras externas e a circulação de dinheiro eram muito reduzidas.

Na década de 2020 qualquer pessoa que vai às áreas rurais do Semiárido mineiro verá famílias, em maioria, no conforto em boas casas de alvenaria casa com piso de cerâmica, segurança relativa do fornecimento de água durante o ano inteiro, eletricidade e sistemas de comunicação, geladeira, micro-ondas e liquidificador; 90% delas, de acordo com as pesquisas, tem motocicleta, carro ou os dois tipos de veículos. Mas, principalmente, a grande maioria das famílias tem a tulha cheia, faz 5 refeições por dia, geralmente consumindo alimentos saudáveis, produzidos na unidade familiar. Em resumo, as famílias rurais da segunda década do século XXI, tem o perfil de consumo de uma família urbana brasileira contemporânea, às vezes com mais qualidade.

Então, surge a pergunta: quando mudou? o que mudou? por quê mudou?

A mudança ocorreu na passagem do século XX para o século XXI. Não é exatamente no ano 2000: talvez a partir de 1998, no segundo governo Fernando Henrique Cardoso, que começou a criar políticas sociais em grande escala e universalizou aposentadoria; em 2003, no primeiro ano do governo Lula, surgiu o Programa Bolsa-Família e, em seguida, vieram muitos outros programas públicos: relacionados às rendas, compras, saúde, desenvolvimento territorial. Pode-se situar a mudança no programa público entre o segundo governo Cardoso e o fim do segundo governo Lula, entre 1998 e 2010; essa transformação coincide com outras, no campo da demografia e da oferta de água. Evidente que esse conjunto de mudanças aconteceu em outras regiões agrárias do país; no entanto, nem todas se transformaram na mesma intensidade, e os efeitos nos cenários regionais podem ser bastante diferentes.

Mas nas três últimas décadas um conjunto de fenômenos, relacionados à demografia, à política pública e à oferta de água, contribuiu para mudar a vida no meio rural do Semiárido mineiro.

O perfil da família rural mudou completamente no século XXI: famílias diminuíram de tamanho, o número de filhos foi reduzido na população rural. Parou de nascer crianças, a população rural envelheceu, e o envelhecimento está se propagando: a idade média de chefes de unidade de produção agrícola em Minas Gerais, segundo o censo de 2017, estava em 58,5 anos. Jovem conduzindo unidade de produção rural é coisa cada vez mais rara. Outro fenômeno demográfico expressivo é a universalização da educação. A população rural passou a ter níveis sucessivamente elevados de acesso à educação formal, conforme mostrou, entre outros, Mendonça et al (2013): avô/avó tinham entre 0 e 1 ano de escolaridade, pai/mãe tinham entre 3 e 5 anos de escola, filho/filha entre 7 e 10 anos de escolaridade.

Consequência dessas mudanças demográficas: falta força de trabalho na unidade familiar. Agricultores reclamam: não conseguem arranjar ninguém para ajudar no serviço, e realmente é verdade. Além dos membros da família, não existem no campo mais pessoas para trabalhar de “alugado” ou “camarada”, como se diz. Além disso, a renda familiar cresceu. A população rural envelheceu, e a aposentadoria fornece uma segurança econômica para a família que se manifesta tanto em termos de renda segura, que cai na conta todo mês, quanto no acesso ao consumo, criando um padrão de gasto que possibilita às famílias adquirir bens, consumir alimentos beneficiados, investir na produção agrícola. Aposentadoria de uma população que em sua maior parte é rural tem efeitos diversos de população urbana, porque o idoso ou a idosa rural continuam ativos, produzindo seus próprios alimentos, não pagam aluguel, nem água, nem IPTU. Neste cenário, cresceu a importância do trabalho feminino: diminuiu a força de trabalho familiar; o braço da mulher passou a ganhar uma importância destacadíssima.

O segundo ponto que merece destaque é o programa público. Programas ganharam escala e atingiram o mundo rural nas áreas de saúde, educação, segurança alimentar, território. Mas surgiram não só programas do governo federal, mas programas de prefeitura, programa estadual, programas de igrejas, programas de associações, generalizados a partir do terceiro milênio. Esses programas modificaram muito o cotidiano de uma agricultura familiar que perdeu força de trabalho porque o tamanho da família diminuiu, e programas, de certa maneira, entraram no “vazio” demográfico, substituindo trabalho humano por trabalho mecânico, colocando equipamentos nas unidades familiares, abrindo novos mercados, colocando um conjunto novo de técnicas e relações à disposição da família rural.

Por fim, as águas. Nos anos 1990 as águas começaram a dar os primeiros sinais que estavam diminuindo no Semiárido mineiro. Veio a grande seca, entre 2011/2019, e as apurações, em termos comparativos, entre a primeira e a segunda década do século XXI é que se observou um aumento expressivo na oferta para abastecimento doméstico. Galizoni et al. (2013) registraram 47 litros por pessoa/dia no Jequitinhonha rural em 2006; Galizoni et al.

(2010) computaram 31,20 litros por pessoa/dia no rural Norte mineiro em 2007. Uma década depois, Ribeiro (2024) contou 98,79 litros por pessoa/dia no rural do Jequitinhonha; Cruz et al. (2020) identificaram 93,75 litros no Norte mineiro rural.

Seca aumentada, seguida por mudanças econômicas, demográficas e políticas, implicou – conforme mostram indicadores ainda dispersos de pesquisa – em melhorias de qualidade de vida e, surpreendentemente, em melhorias de oferta de águas. Mas surpreendente ainda: esse cenário evoluiu positivamente na triste quadra Temer/Bolsonaro, que foi marcada pela ausência de novos programas e, mais que isso, na restrição a muitos dos programas existentes.

Fontes

ALEIXO, B et all. Direito humano em perspectiva: desigualdades no acesso à água em uma comunidade rural do nordeste brasileiro. *Ambiente & Sociedade*. São Paulo v. XIX, n. 1, jan.-mar. 2016.

ASSIS, T. R. P. Sociedade civil e a construção de políticas públicas na região semiárida brasileira: o caso do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC). *R. Pol. Públ.*, São Luís, v.16, n.1, jan./jun. 2012.

CRUZ, G.C. et all. A seca no cotidiano: agricultura familiar e estiagem em comunidades rurais do gerais de Januária, MG. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 28, 2020.

DUQUE, J. G. O Nordeste e as lavouras xerófilas. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2004.

GALIZONI, F.M. (org.) Lavradores, águas e lavouras. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2013. Galizoni, F. et all. Água dos gerais. In E. M. Ribeiro (Ed.), *Histórias dos gerais*. (pp. 235-260). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

GOMES, U. A. F. Água em situação de escassez: água de chuva para quem? Tese (doutorado), UFMG, 2012.

MALVEZZI, R. Semiárido: uma visão holística. Brasília: Confea, 2007, p.106.

MENDONÇA, K. C. et all. Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 30(2), 2013.

RIBEIRO, E.M. (coord). Relatório final de pesquisa Processo 441698/2020-4. Projeto: Secas e mudanças climáticas no vale do Jequitinhonha mineiro: história, consequências e ações públicas para a segurança hídrica. Montes Claros, 2024.

SILVA, R. M. A. Entre o combate à seca e a convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Tese (doutorado) UnB, Brasília, 2006.